

CARTOGRAFIAS DE SI NO FEMINISMO DA DIFERENÇA: AMELINHA, GABRIELA, NORMA¹

Margareth Rago

Universidade Estadual de Campinas

E-mail: marga_rago@uol.com.br

Resumo: *Quarenta anos desde a emergência da terceira vaga dos feminismos, as mulheres afirmam novos modos de inscrição no mundo e de reinvenção de si. Focalizo as experiências subjetivas de três militantes "históricas" –, Maria Amélia de Almeida Teles, Norma Telles e Gabriela Leite Silva –, que marcam uma geração de mulheres em luta contra a ditadura militar no Brasil, destacando-se pela criação de novas formas culturais filóginas. Para isso, considero seus depoimentos escritos e orais, privilegiando os deslocamentos subjetivos experimentados nessa busca ética de autonomia e justiça social.*

Palavras-chave: *cartografia; subjetividade; feminismos.*

¹ Esse texto faz parte da pesquisa intitulada "Essas mulheres: práticas feministas em novos modos de subjetivação", que desenvolvo com o apoio do CNPq.

poner las narrativas del pasado en la escena es un modo de pensar en futuros.

Elisabeth Jelin

Quarenta anos desde a emergência da terceira vaga dos feminismos, as mulheres afirmam novos modos de inscrição no mundo, experientes que se tornaram na constituição de novas subjetividades e na reinvenção de si, experientes que se tornaram em assegurar a vida e impedir o aniquilamento. Focalizo as experiências subjetivas de três reconhecidas ativistas “históricas”, que mesmo com grandes diferenças marcam uma geração de mulheres, que em meio à luta contra a ditadura militar, no Brasil, destaca-se pela criação de novas formas culturais libertárias.

Com trajetórias pessoais e investimentos políticos diferenciados, Maria Amélia de Almeida Teles, ou apenas Amelinha, como se tornou conhecida, Norma Telles e Gabriela Silva Leite aproximam-se na conquista de um “teto todo seu”, para usar a conhecida expressão de Virginia Woolf, quando reclama da falta de espaço que impossibilita a expressão literária, artística ou política das mulheres (WOOLF, 1928). Contudo, mais do que as metamorfoses operadas em si mesmas, os modos estilizados de vida e pensamento que inauguram em diferentes frentes de combate – Amelinha, na luta pelos direitos das mulheres pobres; Norma, na afirmação de formas feministas de pensar e conhecer; Gabriela, na defesa dos direitos das prostitutas – geram novos fluxos que potencializam a criação de estilos libertários de existência para todas as mulheres.

Considero as autcartografias construídas pela escrita, como escritoras que são, ou que elaboram nos depoimentos orais que me concederam entre 2006 e 2008, privilegiando os deslocamentos subjetivos experimentados em suas buscas éticas, marcadas pelo desejo de autonomia e justiça social. Utilizo seus relatos orais como textos autobiográficos, apoiando-me nas teorizações de Lejeune (2008). Segundo este, “escrever e publicar a narrativa da própria vida foi por muito tempo, e ainda continua sendo, em grande medida, um privilégio reservado aos membros das classes dominantes”, o que estaria sendo compensado mais recentemente pelos relatos de vida gravados e publicados, que procuram transformar a palavra ouvida em escrita (LEJEUNE, 2008, p.114). Este autor refere-se ao silêncio de operários, camponeses e de outras figuras sociais impedidas de escrever a própria vida – “a autobiografia não faz parte da cultura dos pobres”, argumenta –, mas que têm sido levadas a produzir as suas próprias leituras do passado, nas últimas décadas, por meio de entrevistas orais realizadas por pesquisadores/as.

Acrescento a esse recorte de classe, a dimensão do gênero na avaliação da produção autobiográfica, pois ainda é restrito o número de trabalhos que

privilegiam a voz e a atuação das mulheres nas lutas e movimentos sociais, já que a própria política é um universo masculino. Não é novidade dizer que as biografias e autobiografias de homens se encontram muito mais disponíveis nas livrarias, bibliotecas e arquivos do que aquelas que narram as experiências femininas, e, mais ainda, das que assumem uma perspectiva feminista (SALMERÓN, 2006; SMITH, WATSON, 1998).

Amelinha: unir as mulheres

Amelinha ganha projeção pública ao longo da década de 1980, desde a fundação da União de Mulheres de São Paulo (UMSP), em 1981, tornando-se um nome muito respeitado pela constante luta em defesa dos direitos humanos, das mulheres e dos desaparecidos políticos. Militante incansável, além de participar de várias comissões humanitárias, de organizar congressos e fundar movimentos populares, desde o início da década de 1990, é responsável pela implantação dos cursos de “Capacitação das Promotoras Legais Populares”, destinados a formar as mulheres da periferia no conhecimento crítico dos direitos e da lei, habilitando-as para o combate às desigualdades sociais e de gênero (RICOLDI, 2005).

Contudo, começa cedo a militância política, alimentada no convívio com o pai, militante comunista, e com a irmã Criméia, também ativista. Nascida em 1944, em Minas Gerais, sua experiência política constitui-se a partir de um vínculo estreito com o PCdoB, o que a leva à clandestinidade por vários anos e, em seguida, à prisão. Segundo ela,

[...] eu fiquei uns quatro anos na clandestinidade sem ser presa aqui em São Paulo, de 1969 a 72. Eu fui presa em 1972. Eu vim para cá numa época muito brava, porque era o AI-5, então era só clandestinidade, só trabalhando, correndo pra cá e pra lá. Eu não fazia ação armada, mas andava com arma, a ideia era que se acontecesse qualquer coisa, você atirava, mas imagina, isso eu acho engraçado, porque uma coisa é a ideia, outra coisa é você fazer. Mas eu tinha um 38, um revólver mais maneiro. (Entrevista realizada em 12/01/2006)

Os cabelos vermelhos muito curtos reforçam a imagem rebelde dessa mulher experiente, alegre e irreverente que a sua própria narrativa evoca, e que incorpora um apelido tão doce. Mal deixam supor que, encarcerada nos porões da ditadura, foi brutalmente torturada, assim como seu companheiro e sua irmã, então grávida. Aliás, no arquivo Brasil Nunca Mais, encontram-se os documentos de suas várias condenações. Em 17 de maio de 1973, um mandato de prisão preventiva foi enviado ao diretor do DOPS, acusando-a como integrante do PCdoB (BNM, caixa 693 1B – 14º vol.). Em junho de 1973, outro documento do DOPS fornece mais informações:

Esta indiciada militava no PC do B, e era juntamente com seu esposo o co-indiciado CESAR AUGUSTO TELES responsável pelo setor de imprensa, com a tarefa de auxiliá-lo em todas as publicações. Sua residência passou a ser “aparelho” do Partido, onde foi apreendido vasto material subversivo. (fls. 17 a 369). Mantinha estreitos ligamentos com membros da organização e quando da doença de seu esposo mudou-se para outro “aparelho”, com recursos fornecidos pelo Partido, onde mimeografou exemplares do jornal “A CLASSE OPERÁRIA”, auxiliada por Carlos Nicolau Danielli, vulgo “Antonio”. (BNM, junho de 1973, 1º. vol., p.24)

Num outro documento, somos informadas do interrogatório a que ela é submetida no DOPS, em São Paulo, em 2 de abril de 1973, no qual

[...] em aditamento ao seu interrogatório do dia 9 de março do corrente ano,[...] ratifica em todos seus termos aquele interrogatório, por ser expressão da verdade, tendo ainda a informar que os dizeres escritos no pilar de sua cela, conforme fotografia exibida, informa que tais dizeres dizem o seguinte: “À DITADURA O DESPREZO – AO POVO GRATIDÃO – À FAMÍLIA SAUDADE – DE TODO CORAÇÃO; que foi a interrogando (sic) escritas depois de ter estudado com Clementina de Lourdes Teixeira da Costa, vulgo “Cláudia” e Rosa, digo, Maria Rosa Buonfiglio, vulgo “Marli”; que, esclarece ter sido a interrogando (sic) a que mais se empenhou na elaboração desses dizeres, tendo as duas companheiras de cela supramencionadas, colaborado bem pouco, nessa empreitada. (BNM, processo 693, caixa 1, 1B).

Tudo sugere que, nesse momento de muito sofrimento e tensão, em que já estava encarcerada, Amelinha se esforçava, com um gesto generoso, para livrar as companheiras de outra condenação, assumindo sozinha a responsabilidade do ato da escrita. A indignação expressa em palavras rabiscadas em maiúsculo, nas paredes de sua cela, custa-lhe um alto preço; mostram, porém, que ainda nas piores condições, a militante não esmorecia.

Décadas depois do fim do regime militar no país, já são vários os estudos que refletem sobre a destruição física, moral e psíquica impressa no corpo pela violência da tortura na prisão. As técnicas especializadas de tortura visam atingir o próprio eu, destruir a identidade pessoal, isolar o indivíduo, criar “vidas nuas”, vidas sem valor aos olhos do poder, que não merecem ser vividas e que são totalmente expostas ao terrorismo de Estado (AGAMBEN, 2002, p.144). Amelinha avalia essa dolorosa experiência no relato de sua vida:

[...] a prisão arrebatou com a vida afetiva, pessoal, social, intelectual, tem gente que não conseguiu produzir mais nada depois da prisão, a prisão é o fim porque a prisão é essa tortura, a submissão, você vira objeto, você é coisificado, então tem gente que perde a identidade ali. (Entrevista realizada em 12/1/2006)

Um dos alvos privilegiados para a destruição psíquica das mulheres, que tem sido prática recorrente nas prisões, é a violência sexual, como se sabe. Rompendo o silêncio também nessa dimensão, o depoimento dessa militante evoca experiências

traumáticas em que o corpo feminino se torna objeto do ataque sexual e do prazer sádico dos torturadores. Trata-se de uma relação de gênero, observa ela, marcando a sua perspectiva feminista, pois tem sido sempre um homem a ocupar o lugar do poder:

Os torturadores todos são homens, tinha que tirar a roupa, claro, eles passavam a mão, lógico [...] eles agarravam, eu mesma desmaiei várias vezes na tortura com os caras... Teve uma vez que eles me jogaram numa cama de lona, o cara estava em cima de mim. Eu não sei se era estupro, mas penetração comigo não aconteceu. (Entrevista de 12/01/2006)

A categoria do gênero organiza a sua narrativa e informa a denúncia das atrocidades cometidas. Assim, ela destaca que a violência sexual era vivida de maneira muito diferente para mulheres e homens e que, diante dos ataques que violavam o corpo feminino, o medo da condenação moral também constrangia fortemente as mulheres. Daí o profundo silêncio em relação aos abusos sexuais, estupros e outros horrores vividos na prisão, ainda hoje.

Você sentia a violência, mas não tinha esses nomes; se fosse hoje, a violência sexual, o próprio estupro, ele teria outra conotação, nós teríamos um esforço político para denunciar. Na época, muito pouca gente falava de violência sexual, porque tinha medo que dissessem que você era a culpada, de que as pessoas iam acusar você.

Nesse trecho, ela evidencia o seu próprio deslocamento subjetivo como um amadurecimento em relação às questões feministas, especialmente ao destacar a ausência de linguagem para nomear os problemas que afetavam as mulheres e que inviabilizavam a luta, décadas atrás.

A história da violência sexual nos cárceres da ditadura militar é certamente um tema de difícil acesso, já que as recordações do assédio sexual, do estupro, das situações constrangedoras infringidas às presas políticas pelos torturadores causam profundo sentimento de repulsa, dor e humilhação. Essa cartografia se constrói num terreno difuso, mas denso, cheio de feridas ainda não cicatrizadas e carregado de dor. Num dos raros artigos sobre o tema, intitulado "Agarra, agarra ela, capitão Ubirajara...", o *Brasil Mulher*, jornal do qual Amelinha participou intensamente, publica algumas breves entrevistas com ex-presas políticas, como Elza Lobo, Nair Benedito, Maria Nilde Macelani, Rosalina Santa Cruz, Maria Conceição Coelho da Paz (*Brasil Mulher*, set. 79, ano 4, n. 16, p. 4-6).

Elza Lobo é uma das primeiras mulheres a chegar à OBAN (Operação Bandeirantes), em novembro de 1969, uma semana após a morte de Carlos Marighela e, como ela recorda, passa por três dias de tortura, solitária, cadeira do dragão, choques,

paus de arara e simulação de morte. Falando sobre as implicações de ser mulher na prisão, afirma:

Os policiais fizeram muitas provocações em cima de nossa condição de mulheres. Como mulher tínhamos de ser amantes de alguém, ou senão éramos lésbicas; se tinham família ou se não tinham, finalmente tudo girava em torno de um ponto fundamental que era a família como célula da pátria. E se eu não era casada (como não era), estava ali a razão de ser terrorista. De outro lado, conversando com companheiras que também estavam sendo torturadas, chegamos à conclusão de que havia gozo desses policiais em nos torturar. (*Brasil Mulher*, set. 79, ano 4, n. 16, p. 5).

Na mesma direção, o depoimento de Amelinha também é muito contundente:

A maioria das pessoas presas naquela época, das mulheres, eram jovens, 85 % tinha até 25 anos [...]. Na juventude, você está grávida, está menstruada, você é mãe e tudo isso é usado para torturar mais, para reforçar e potencializar as ações de tortura. Você já chega na Operação Bandeirantes, eles te arrancam as roupas, tiram a calcinha, o sutiã, você fica nua, todo interrogatório você fica nua na frente de homens, porque naquela época não tinham mulheres torturando. As mulheres trabalhavam na repressão, mas em trabalhos que não tinham visibilidade. As pessoas que iam no confronto direto eram homens, na tortura, no interrogatório. Os torturados ficavam, às vezes, sem camisa, mas pelados não. Os militantes, sejam homens ou mulheres, tiravam as roupas, todos fomos muito torturados nos órgãos genitais. Nos homens, eles amarram o pênis com fio elétrico e dão choques. Choque no ânus, no testículo, e nas mulheres, na vagina, no ânus, no seio, no umbigo, e claro, na boca, nos ouvidos, na cabeça. A violência sexual é tão presente e tão pouco falada no Brasil, a primeira vez que eu ouvi falar de violência sexual foi com as presas políticas chilenas. (Entrevista realizada em 20 de outubro de 2007).

Essas últimas colocações conectam-se com as do historiador francês Georges Vigarello, para quem a violência sexual se tornou a violência por excelência de nossa época, num contexto em que a constituição do sujeito e da identidade se torna problemática e central e aciona uma nova dimensão – a psicológica –, que passa a ser determinante nos indivíduos; ao mesmo tempo, a dominação se torna cada vez mais insuportável para nós (VIGARELLO, 2000, p. 8).

Ainda assim, apesar dos excessos a que é exposta na experiência da violência corporal, o regime discursivo com que Amelinha opera contraria o padrão textual das autobiografias masculinas, em que as recordações são utilizadas para moldar a vida dos homens como modelos heroicos, idealizando e engrandecendo suas ações (GIMÉNEZ-RICO apud SALMERÓN, 2006, p. 23). Assim, ela não se coloca no centro da narrativa, nem se constitui como uma figura vitimizada. Ao contrário, dá a perceber toda uma teia de relações que envolviam as mulheres na prisão e que, também, desqualificavam aquelas que estavam a cargo da repressão, além de atingir também

os companheiros. E longe de reforçar a figura de um sujeito unitário e independente, a dimensão relacional de sua narrativa traz constantemente à tona as relações familiares, neste caso, reforçadas pela própria história da violência vivida em família.

Nas páginas do livro *Brasil Nunca Mais* (2008), que registram seu depoimento, evidencia-se o sentimento de dor vivido na carne pela família Teles, quando em 28 de dezembro de 1972 os agentes do DOI-CODI trazem seus dois filhos como forma de tortura e pressão:

Na tarde desse dia, por volta das 7 horas, foram trazidos sequestrados, também para a OBAN, meus dois filhos, Janaina de Almeida Teles, de 5 anos, e Edson Luiz de Almeida Teles, de 4 anos, quando fomos mostrados a eles com as vestes rasgadas, sujos, pálidos, cobertos de hematomas. [...] Sofremos ameaças por algumas horas de que nossos filhos seriam molestados [...]” (BNM, 2008, p. 45).

A transcrição de seu depoimento continua a denúncia de que “ameaçaram de tortura seus dois filhos; que torturaram seu marido também; que seu marido foi obrigado a assistir todas as torturas que fizeram consigo; que também sua irmã foi obrigada a assistir suas torturas; [...]” (BNM, 2008, p. 45).

É interessante observar como mulheres como Amelinha, ao longo das décadas de 1970 e 1980, distanciaram-se progressivamente do discurso masculino da militância, orientado pelo paradigma da “revolução”, à medida que diversificavam suas frentes de luta e deixavam de abraçar causas enunciadas de maneira abstrata e geral, como impunha o antigo regime discursivo de esquerda. Nesse sentido, falar de mudança, substituindo o termo “revolução”, implica falar, localizadamente, a partir do grupo de luta, das questões práticas envolvidas, das lutas parciais, imediatas e transversais, que, como observa Foucault,

[...] não procuram o “inimigo número um”, mas o inimigo imediato.[...] não acreditam que a solução ao seu problema possa residir num futuro qualquer (isto é, na promessa de liberação, de revolução, no fim do conflito das classes). Em relação a uma escala teórica de explicação ou à ordem revolucionária que polariza o historiador, são lutas anárquicas. (FOUCAULT apud RABINOW; DREYFUS, 1984, p. 301).

Hoje, podemos perceber com maior clareza como os feminismos renovaram o discurso político de esquerda, questionando o binarismo das representações sociais, propondo novas categorias e ampliando a própria noção de política e cidadania. Atendo-me à experiência de Amelinha, observo essas metamorfoses operadas na sua própria subjetividade, o que, arrisco dizer, ajuda a explicar o frescor, a jovialidade e a combatividade dessa mulher, que não se tornou amargurada, nem cética, apesar de tudo. Ao contrário, ao sair da prisão, em 1974, passa a participar intensamente das movimentações feministas e populares que cresciam rapidamente no país,

envolvendo-se no movimento por creches, a despeito das determinações do PCdoB, a que ainda estava vinculada. “Nessa discussão da creche, eram mulheres discutindo tudo, às vezes, tinha reuniões com 200 mulheres, na zona sul, na Figueira Grande, Campo Limpo, Grajaú. Começamos nas igrejas, sociedades de amigos, escolas, posto de saúde, em todos os lugares, salão paroquial...” (Entrevista de 2006). Neste momento, a militante política tradicional cedia lugar à feminista voltada para as questões da sexualidade e do corpo.

É claro que essas mudanças afetaram um grande número de mulheres, especialmente as que participaram dos então chamados “novos” movimentos sociais no país. Como explica Amelinha, em seu livro *Breve História do Feminismo no Brasil* (1993), também povoado de denúncias contra a dominação patriarcal,

[...] a partir dos primeiros anos da década de 70, mulheres da periferia, principalmente em São Paulo, não se resignaram mais a ficar silenciosas diante da situação. Grupos de mães e donas-de-casa, organizadas em clubes de mães, associações ou sociedade de amigos de bairro, começaram a se movimentar, por meio de abaixo-assinados e questionários, junto aos moradores de seus bairros, para levantar seus principais problemas e decidir juntos como encaminhá-los. (TELES, 1993, p.75)

Surgem inúmeras associações feministas no país, como o Centro Brasileiro da Mulher, no Rio de Janeiro; a Associação de Mulheres de São Paulo, futuramente denominada Sexualidade e Política; o Coletivo Feminista do Rio de Janeiro; o SOS Corpo, do Recife; o Centro de Informação da Mulher – CIM de São Paulo. Emerge uma nova imprensa feminista com o *Brasil Mulher*, criado por Joana Lopes, em 1975 (DEBÉRTOLIS, 2002), em que Amelinha atua como redatora e membro do conselho editorial; o *Nós Mulheres*, em 1976; o *Mulherio*, publicado entre 1981 e 1988.

Todos esses grupos mesclavam militantes e ex-militantes partidárias, marxistas e ex-marxistas e exiladas que retornavam ao país com feministas das novas gerações, que defendiam as “políticas do corpo” e as questões da sexualidade. A despeito das tendências políticas diferenciadas, buscavam total autonomia em relação aos partidos políticos, embora muitas ativistas fossem também militantes partidárias. Desde o final da década de 1970, o movimento feminista decide ampliar seu raio de atuação, invadindo os sindicatos, partidos, associações populares e alia-se ao “movimento de mulheres”, que se articulava na periferia de algumas cidades, como na Zona Leste, em São Paulo, apoiado pela Igreja e por grupos políticos envolvidos na luta pela redemocratização (ALVAREZ, 1990; TELES, 1993; PINTO, 2003).

As insatisfações de Amelinha com as posições autoritárias do partido se acentuam. Ironizando o discurso abstrato e universalista da velha esquerda, diz:

Foi muita polêmica, de 1975 a 1987, eu vivo a polêmica dentro do Partido porque eu achava que as mulheres tinham que ter um espaço próprio e que as reivindicações das mulheres eram tão importantes quanto as do “povo brasileiro”,

Aliás, a crítica ao partido já se fizera sentir ao longo da militância, como assinala em seu livro:

[...] essas organizações relutaram em absorver a mulher militante de maneira adequada ao papel que ela já vinha desempenhando nas diversas áreas da vida social e econômica [...]. Ao participar da luta armada de 1969 a 1974, as mulheres puderam sentir as discriminações por parte de seus próprios companheiros, tanto pela superproteção, quanto pela subestimação de sua capacidade física e mental. (TELES, 1993, p. 64, p.70).

Define-se, assim, a criação de um espaço próprio, feminista, dentro dos movimentos sociais em luta contra a ditadura militar, mas fora do raio de interferência do partido:

A União é fundada em 1981. Em 1980, São Paulo cria uma rede municipal de creches, pela primeira vez na história. A gente tinha esse grupo de mulheres nessa discussão de creches e pensamos que a gente tinha que ter um grupo para discutir os nossos problemas, porque no Movimento de rua por creches havia a discussão de implantar, onde, comissão para acompanhamento de implantação da creche, de estabelecer os critérios de quais crianças vão para as creches, as mães, como terão relacionamento? Porque quando vinha o pai, vinha armado com revólver, para brigar, para matar. A discussão ficou muito voltada para a criança e a creche e dizíamos: “e nós, mulheres?”, então fizemos esses grupos, as mulheres vão discutir nossa sexualidade, a questão do aborto, a questão da violência... Aí fizemos esse grupo de mulheres e foi um parto, uma coisa duríssima, porque o Partido queria ser dono da União de Mulheres. (Entrevista realizada em 12/1/2006).

Fundar essa associação feminista foi tarefa árdua, como ela observa, pois faltava todo tipo de apoio, inclusive dos grupos de esquerda dominados pelos homens, que defendiam questões econômicas e políticas de âmbito mais geral, considerando as demandas feministas secundárias. Aliás, o preconceito às reivindicações feministas ainda era muito grande no início da década de 1980, pois eram associadas ao universo de mulheres abastadas e “alienadas”, em uma suposta busca indefinida da liberdade. Nesse momento, não se tinha notícias das histórias das lutas feministas no Brasil e no mundo; nomes como os das fundadoras Nísia Floresta, Bertha Lutz e Maria Lacerda de Moura eram totalmente desconhecidos. Ignorava-se que as mulheres participavam em grande número, naquele preciso momento, dos movimentos sociais de resistência à ditadura, fortalecendo os diferentes grupos políticos, sem, contudo, levantarem bandeiras feministas (ALVAREZ, 1990). Mulheres negras, como Lélia Gonzalez (1935-1994), fundadora do Nzinga – Coletivo de Mulheres Negras, do Rio de Janeiro, ainda não tinham entrado nas páginas de nossa história.

Amelinha destaca esse novo tempo de ruptura, agora no interior da própria esquerda: “O Partido contrapunha aborto com Constituinte, aborto com aumento do salário, para mostrar que a nossa luta não tem importância. Mas não tem nada a ver, eles contrapõem, ao invés de juntar.” (Entrevista realizada em 12/1/2006). Potencializando a dimensão ética de seu feminismo, ela aponta para as inovações trazidas pelas mulheres, quando demarca um modo solidário em relação à incapacidade masculina de somar:

[...] você não acredita o tanto que eles perseguiram a gente e continuam até hoje. É uma perseguição tão forte, igual à da ditadura... marca, toda perseguição, todo autoritarismo marcam muito a vida política das pessoas. [...] Sempre fomos, eu sou muito estigmatizada, a minha geração talvez, fomos muito estigmatizadas em tudo o que nós fizemos, nós rompemos com muitos preconceitos, muitas não aguentaram, ficaram dentro de casa, aquelas feministas dos anos setenta, que estão dentro de casa e não aguentam ouvir mais nada, nenhuma crítica. Toda essa discussão que está sendo feita é necessária, sem discussão você não consegue elaborar propostas, é preciso mudar as mentalidades.

Sobre essa necessidade de mudança, outra conhecida feminista, a historiadora Norma Telles, também tem muito a nos dizer.

Norma: a imaginação no poder

Falar dessa escritora paulistana leva inevitavelmente a perguntar como as mulheres afetam o campo da escrita, ao aceitarem que a imaginação tem uma enorme força potencializadora que escapa às capturas do poder e da institucionalização. Há poucas décadas, mesmo entre as feministas, todos os esforços se direcionavam para provar a capacidade racional das mulheres, subestimada pelos discursos científicos e religiosos. Poucos neurônios, caixa craniana menor do que a masculina, corpo conformado exclusivamente para parir, sexualidade anormal na figura da histeria, não foram poucos os argumentos essencialistas, construídos desde o século XIX, apontando para a sua inferioridade física, intelectual e moral (ROHDEN, 2001).

Mas também não foram poucos os esforços despendidos pelas feministas para desfazerem essas mitologias e provarem-se à altura do mundo masculino, atitude que marcou fortemente a produção intelectual, literária e artística de grande número de mulheres. Afinal, a aceitação de suas ideias, livros, artigos e obras de arte dependia do sucesso nessa prova imposta, mas não explicitada. Até poucos anos atrás, falar a linguagem masculina era condição *sine qua non* para que as mulheres fossem aprovadas e valorizadas e pudessem ingressar na esfera pública (SCOTT, 1988).

No entanto, também encontramos aquelas que marcam presença pela afirmação de sua capacidade imaginativa, capacidade que o mundo masculino viu com temor,

como um grande perigo desestabilizador. Essa discussão, que leva à história da caça às bruxas nos inícios da era moderna, ou à da normatização do corpo feminino na modernidade vitoriana, foi bastante documentada pela historiografia (KINIBIEHLER, 1983; SHOWALTER, 1993; DELUMEAU, 1996). Já a descoberta das mulheres transgressoras na dimensão da escrita e da arte tem sido, em grande parte, uma das atividades intelectuais a que se dedica Norma Telles.

Nascida na década de 1940, numa família abastada, formou-se em história pela Universidade de São Paulo, no período do maior endurecimento do regime militar. Já havia adquirido uma boa formação escolar, ao frequentar o Colégio Des Oiseaux, destinado às jovens da elite paulistana, indo depois estudar em Newport (EUA); 1968 é um ano de rupturas em sua vida pessoal:

[...] me separei em 1968 exatamente, eu era muito jovem, pois casei com menos de 18 anos, tive dois filhos, fiquei cinco anos casada e aí minha vida começa. Ia ter um curso na Sorbonne, em Paris, no final de 1968, então eu fui [...] estava tudo parado pelas passeatas. O Edgar Morin era o professor querido da juventude parisiense, ele chegava de motocicleta, com capa de Sherlock Holmes e todo muito aplaudia... (Entrevista realizada em 14/2/2006).

Durante 30 anos, Norma atuou como docente no Departamento de Antropologia e no Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP. Aposentando-se recentemente, dedica-se à investigação histórica e à escrita. Suas pesquisas resultaram em inúmeros livros, artigos e traduções, além da tese de doutoramento intitulada *Encantações. Escritoras e imaginação literária no século XIX*, defendida em 1987, na PUC-SP. Fundamentalmente, deram visibilidade a um número infindável de escritoras brasileiras, antes absolutamente ignoradas, como Maria Benedicta da Câmara Bormann, Narcisa Amália, Júlia Lopes de Almeida, Maria Firmina, Josefina Alves de Azevedo, Lola de Oliveira, entre tantas outras.

A necessidade de encontrar referências femininas fortes e independentes, contudo, constitui uma inquietação muito antiga, como aparece em sua cartografia subjetiva. Vem de longa data. Em sua narrativa, um fluxo inicial permite vinculá-la ao feminismo já na adolescência, desdobrando-se difusamente nos tempos de universidade.

Desde a época da minha mãe, eu procurava as mulheres (feministas), eu discutia muito com ela, que tinham mulheres na época dela que tinham sido livres, mas eu não tinha exemplos. Ela era dona de casa, com muito talento, mas nunca expandiu. Na faculdade, são os anos mais pesados da ditadura, então todo o foco era outro. [...] talvez a Rosa Luxemburgo, eu tive o prazer de traduzir as cartas de amor dela... Eu me apaixonei. Eu não conhecia esse lado dela, da feminilidade, já tem aí uma discussão feminista. (Entrevista realizada em 14/2/2006).

Não satisfeita com essa leitura do passado, ela vasculha a vida pessoal em busca de outras possibilidades de entendimento de sua abertura para o feminismo:

Ou maternidade, ou revolução, eu escutei muito isso, talvez por isso eu tenha ficado tão em busca de alguma coisa. Eu já era mãe, mas meu marido dizia que eu tinha que optar, ou ser bonita, ou ser inteligente, que ele não tinha interesse em uma mulher inteligente. Não me casei de novo, fiquei muito ocupada comigo mesma, de procurar, de refazer, de começar a fazer porque eu fui educada de maneira tão rígida, tão fechada, que a busca fez abrir coisas novas. Eu não consigo lembrar quando eu encontrei o feminismo. Ao mesmo tempo, cresci lendo a Charlotte Brontë, ainda tenho a edição de 1902, do meu avô. (Entrevista realizada em 14/2/2006).

Traçar as origens dos sentimentos e atitudes que marcam fortemente a própria vida envolve uma difícil pesquisa interior e conduz à releitura das histórias vividas no passado, conferindo uma relativa unidade ao próprio eu, como algo que dá sentido e singularidade à sua existência.

Nas conexões que estabelece, Norma envolve-se cada vez mais com a escrita feminina, com os elementos negados e desqualificados da cultura feminina, que procura encontrar e revalorizar. Assim, o prazer que lhe proporciona a escrita imaginativa, prazer que Norma compartilha com Virginia Woolf, impulsiona um trabalho de muitos anos, que adquire uma dimensão política por ser radicalmente crítico do pensamento binário, que funda as hierarquias de gênero. Como ela avalia em seu livro *Belas e Feras*: “O elemento subversivo nas últimas décadas não tem sido a denúncia das injustiças sociais contra as mulheres, mas o rompimento do sistema de representação dominante” (TELLES, 2007, p. 15).

Seu trabalho arqueológico de escavação e desconstrução atinge, pois, camadas sedimentadas mais profundas. Não é à toa que, em 1983, empenha-se na tradução e publicação das cartas de amor de Rosa Luxemburgo, destinadas ao seu companheiro e amante. Distante da militante comunista, racional e objetiva, faz emergir, em sua perspectiva feminista, uma Rosa amorosa e angustiada, ansiosa por discutir a relação com Leo Jogiches, que reclama das constantes separações a que o casal é forçado, e que gostaria de não ter de optar entre a maternidade e a militância. O encontro entre essas duas mulheres é profícuo, e Norma, aquariana que assume ter vindo ao mundo “com a cabeça na lua e gosto de arte”, descobre em Rosa aquilo que os revolucionários não podem ver.

Essa busca talvez seja ainda mais radical quando voltada para a primeira mulher, “a primeira companheira bíblica de Adão”, nascida antes mesmo de Eva, mas desconhecida até a publicação do livro de Roberto Sicuteri, traduzido por Norma: *Lilith, a lua negra* (SICUTERI, 1983). As opções são claras e oportunas e, desde as

páginas introdutórias do texto do antropólogo junguiano, as referências de Norma se fazem visíveis, pois coincidem com as dele, especialmente quando o autor afirma:

É uma fantasia, um trabalho de imaginação ardente, que o autor lhes apresenta sem, de nenhum modo, propor regras de leitura. [...] uma reflexão sobre o “feminino”, sobre o instintivo, sobre as emoções e as cisões do arquétipo da alma [...] que está bem longe da *ars medica* que quer encerrar novamente o imaginal naquela dimensão positivista-racional, apertada, da qual tanto se custou poder sair. (SICUTERI, 1985, p. 9).

Em 2007, Norma continua a radicalizar esse percurso, publicando o já citado *Belas e Feras*. Desde o começo do livro, de formato muito delicado e minúsculo, ela anuncia: “No princípio era a deusa ladeada por dois felinos”. Na origem dos tempos, momento que considera caótico e aberto em possibilidades, novas figuras femininas e novas imagens do feminino ganham contorno, ampliando seu próprio arquivo. Logo, aparece a pintora renascentista Lavínia Fontana, bolonhesa, com sua pintura esdrúxula da menina-fera Tongina, que Norma descreve: “A menina, de uns dez anos, tem o rosto peludo redondo, suave, lábios rosados e carnudos, olhos negros. É Bela em sua estranheza. Muito séria, figura central da pintura, parece ter sido acolhida e compreendida pela pintora” (TELLES, 2007, p. 2).

É difícil não confundir, aqui, a narrativa da escritora com a de uma experiente contadora de estórias infantis, que chega sorrateiramente, travessa, deslizando por entre as palavras, espiando-nos de quando em quando, surpreendendo-nos o tempo todo. Inquieta e ágil, ela encontra, nos anos 1930, mais duas “Belas artistas [...] em suas relações com as Feras”: a espanhola Remedios Varo e a inglesa Leonora Carrington, ambas pintoras surrealistas, nômades como Norma.

Carrington escreve “A debutante”, conto em que a jovem, tímida e antissocial, troca de lugar com sua amiga hiena para ir à sua própria festa de aniversário. “Era porque queria fugir do mundo que ia diariamente ao zoológico”, afirma ela. Norma utiliza o conto para questionar a noção de identidade e desfazer as tradicionais fronteiras entre natureza e cultura. Em sua leitura feminista da escritora inglesa, as personagens escolhidas – as artistas e suas personagens –, unem as duas figuras opostas, a Bela e a Fera (TELLES, 2007, p.9).

Mas, para além da descoberta dessas figuras tão silenciadas, inexistentes nos livros de história da literatura e da arte, mobiliza-a um encontro com forças telúricas obscurecidas, lunares, com novas dimensões do feminino e com a possibilidade de narrar diferentemente. Acompanhada de Bachelard, pensador da poética da imaginação em que se inspira fortemente, Norma reforça:

A imaginação como dinamismo criador é a rejeição da tirania da forma fixa que parece se oferecer à percepção. As imagens dinâmicas não só formam, mas sobretudo deformam, transformam, ampliam e aprofundam a chamada realidade. É a imaginação, poder maior da natureza humana, que não só inventa coisas, mas, principalmente, inventa caminhos novos. (TELLES, 2007, p. 4).

Não se trata, portanto, de entender a imaginação como aquilo que forma imagens, mas como aquilo que as deforma, que permite libertar-nos das imagens primeiras e criar outras: “ação imaginante”, ensina Norma em parceria com Bachelard (2001, p.1). As reflexões que tece sobre as autoras escolhidas revelam seu próprio modo de trilhar, de construir um percurso narrativo singular e de exprimir diferentes dimensões da sua subjetividade. Diz ela:

Varrer o lixo, vasculhar o lixo, refazer coisas a partir do que foi jogado fora – a bricolagem – são ações de revisão, discriminação; de separação do joio do trigo; do que pode ser metamorfoseado, do que deve ser jogado fora. Muitas vezes o fragmento jogado no lixo por parecer mudo, pode, se mirado com atenção, suscitar perguntas, respostas, desafios. (TELLES, 2007, p. 10)

Como Remedios Varo, Norma se interessa pelo detalhe, pelo minúsculo, pelo artesanal. A dimensão de artista minimalista se revela em sua produção de pequenos e coloridos “livros-objeto”, que expandem a forma tradicional do livro, questionando o pensamento representacional. Sobrepondo a narrativa plástica à literária, são trabalhos que enchem os olhos, ao combinar recortes, desenhos, emoções, poesias, imagens fragmentadas e pequenos detalhes, todos finamente construídos. Alguns são mais narrativos do que imagéticos, como o que Norma intitula *Inscrições*.

Neste texto de 2004, em que pergunta pelo lugar da escrita e da obra literária na modernidade, reaparece a figura da contadora de histórias, quando Norma evoca um conto de Isaak Dinesen, pseudônimo da dinamarquesa Karen Blixen.² E aqui fica ainda mais claro que ela escreve para dar vida, para fazer existir, para “multiplicar os sinais da existência”, na expressão de Foucault, ao conferir uma função totalmente positiva à crítica (FOUCAULT, 2001, p. 925). Assim, diz ela, “o imaginário não corre o risco de ser trancado numa análise racionalista imóvel ou instrumental que asfixiaria sua pregnância numa lógica mecanicista e linear do social” (TELLES, 2004, p.14).

A busca das ressonâncias culturais implica também um trabalho de desvelamento de tudo o que foi deixado de lado pelo pensamento ocidental oficial e acadêmico – da literatura escrita por mulheres, que demonstra uma articulação de mundo diferente

² Isak Dinesen, pseudônimo de Karen Blixen, 1885-1962, escritora dinamarquesa, autora de *A fazenda africana* (1937), que se torna o filme *Out of Africa* (Pollack, Streep) e do conto “A festa de Babette”, também filmado, entre outros.

daquela escrita pelos homens, ao conhecimento da tradição e das sabedorias de tantos e tantos grupos que compõe, em diversas relações, essa sociedade. (TELLES, 2004, p. 15).

Em suas reflexões, a crítica aos saberes dominantes, acadêmicos, oficiais e rígidos é antiga. Desde cedo, Norma busca novos modos de narrar o passado, de contar histórias e mais, de produzir o conhecimento histórico. E, assim, encontra James Hillman, que lhe oferece novas perspectivas, especialmente ao observar que: "A imaginação inventa mais que coisas e dramas, inventa o caminho novo, o novo espírito; abre os olhos para tipos novos de visão." (HILLMAN, 2004, p. 15). Depois de traduzir carinhosamente *O mito da análise*, escrito por esse psicólogo junguiano, a historiadora republica pela Editora Loyola, pela terceira vez, seu livro *Cartografia brasílica ou: esta história está mal contada*, cuja primeira edição data de 1984.

Prefaciado por Mário Sérgio Cortella, que sugestivamente invoca a personagem Mafalda para referir-se a Norma, o livro se constrói sob o signo da suspeita: suspeita das narrativas etnocêntricas, hierarquizadoras, excludentes, que, para além de forjarem realidades imaginárias, visam moldar comportamentos sociais e legitimar o presente. A historiadora feminista desacredita da história oficial; desconstrói vários mitos que configuram a "identidade nacional"; denuncia os artifícios de produção do mito da "Nação". Desvenda outras dimensões de nossa história e das subjetividades que se constituem no país. Visualiza, enfim, passados perdidos que urge reencontrar.

A preocupação em encontrar novos modos de narrar o passado, aliás, aparece frequentemente em seu depoimento oral. Diz ela:

Virgínia Woolf trabalhou a História a vida inteira, mas ainda não demos atenção a isso [...] o projeto de vida da Virgínia Woolf foi reescrever a História com outra periodização. No Orlando, é mais fácil de você perceber isso, mas você vê isso no Passeio ao Farol, você tem que prestar atenção. Nisso que a Virgínia Woolf ensinou, a gente não levou a sério, achou que era só ficção, mas ela tinha esse projeto, uma nova temporalidade. E eu lembrei que a Jane Austen começou escrevendo uma história da Inglaterra, que é uma coisa da juvenília dela, eu sou muito apaixonada por essas escritoras inglesas. E ela também escreveu uma história da Inglaterra, selecionando alguns fatos. (Entrevista realizada em 14/2/2006).

Norma continua na companhia de Woolf, com quem se instala sob "um teto todo seu":

É impressionante como ela faz não só uma história da literatura, mas uma História diferente, é isso que ela propõe. [...] veja que absurdo a História da mulher nas artes, a importância da transmissão, porque a gente não tinha modelos e é importante ter modelos. Eu queria

mulheres que eu admirasse na infância... teria economizado dez, quinze anos... (Entrevista realizada em 14/2/2006)

Otília Gabriela, *um teimoso passaporte*

Essa identificação também se aproxima daquela que une Gabriela às prostitutas e move sua luta por elas. A formação de socióloga e a longa experiência profissional em diferentes territórios da prostituição tornam-na uma figura absolutamente singular, possibilitando-lhe, ainda, um olhar de dentro desse universo desconhecido para as mulheres. Além do mais, são raras as prostitutas pobres que tiveram uma formação universitária, ou que se tornaram militantes políticas no Brasil.

Nascida em 1951, em um ambiente de classe média, em São Paulo, em um determinado momento de sua morna vida de jovem paulistana, Otília Leite Silva, a estudante politizada do curso de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo, opta por mudar de nome. Duas décadas depois, ela cartografa o momento dessa crise existencial, nas primeiras páginas de sua autobiografia, intitulada *Eu, mulher da vida*, publicada pela editora feminista Rosa dos Tempos:

Ao contrário da maioria das pessoas que iam com seus passos cansados e apressados pela Avenida Rio Branco, eu caminhava indecisa. Indecisa sobre mim, minha vida, sobre o que era eu naquele emaranhado de pessoas. [...] Na minha vida não cabiam mais cartões de ponto, nem amores do tipo: "bom dia, meu bem." (LEITE, 1992, p. 9).

Nesse contexto de insatisfação pessoal, Otília depara-se com uma figura feminina sensual e atraente, com a qual se identifica imediatamente, associando-a à imagem literária da personagem do romance de Jorge Amado, *Gabriela, cravo e canela*, de 1958.

Na minha frente estava aquela mulher saída das páginas do livro da minha adolescência, uma mulher que eu admirava e tinha medo: ela personificava a minha liberdade e eu já tinha tido o primeiro choque com sua fortaleza na solidão dos meus treze anos, nas letras mágicas de um livro de páginas amareladas. (LEITE, 1992, p. 13).

Fascinada com os encantos daquela "Gabriela" projetada por sua imaginação e desejos, Otília passa a segui-la e, assim, chega a um bordel no número 623 da avenida Rio Branco. O tom ficcional do livro torna seu texto autobiográfico ainda mais instigante, incentivando o leitor a participar de suas aventuras. Aliás, esta é uma palavra que faz parte de seu vocabulário, porque é assim que ela mesma vive, tomando a vida como um grande campo de experimentações que devem ser provadas a cada dia, sem monotonia, sem repetições e com muita intensidade. O que me leva às reflexões de Sylvie Camet, que analisando as identidades plurais em romances do

século XIX e XX, considera o herói da identidade plural como alguém que se impõe uma “adolescência prolongada”, evitando qualquer situação que não seja precária e transitória (CALMET, 2007, p.17).

Daí em diante, estavam dadas as condições de negação da identidade imposta e da ruptura com o universo moralista e conservador dos anos 1950 e 1960. Da recusa do nome e do próprio passado, ela passa à abertura de um novo presente, aspirando a um renascimento. Assim, Otília sai de cena, substituída por Gabriela. Na mudança de nome, o ato simbólico da liberação da identidade *mulher*, construída pelos discursos vitorianos da medicina, da Igreja e do direito, desde o século XIX, afirmando uma outra subjetividade, independente, sensual, plural. Numa das entrevistas que realizamos, ela narra:

Eu me chamo Otília Silva Leite na certidão. Gabriela é tão antigo, faz parte de mim, muito mais que Otília. Na verdade, é o nome que eu escolhi. Eu mudei quando eu entrei na zona. Isso foi em 1970 e pouco. Estou num processo na justiça para acrescentar Gabriela. Ficaré Otília Gabriela. Eu tenho as duas. Todo mundo me chama de Gabriela, menos a minha mãe. (Entrevista realizada em 25/2/2006).

A sociedade que pede a alteração do nome feminino no casamento é, agora, surpreendida pela opção de um nome marcado pelo erotismo e pela transgressão.

Mircea Eliade capta com sofisticação essa necessidade subjetiva tão angustiante e premente, esse desejo de mudança do eu por um outro eu, ou por múltiplos “eus”, quando afirma:

Toda a existência se revela, num certo momento como uma existência fracassada. Não se trata de um julgamento moral que se lança sobre o próprio passado, mas de um sentimento confuso de ter faltado com sua própria vocação, de ter traído o melhor de si mesmo. Nesses momentos de crise total, uma única esperança parece saudável: a de poder recomeçar a vida. Isto que dizer, em suma, que se sonha com uma nova existência, regenerada, plena e significativa. [...] O que se sonha e espera nesses momentos de crise total é conseguir uma renovação definitiva e total, um renovatio que possa transformar a existência. (ELIADE, 1959, p. 281).

Esse tema remete ainda à análise de Norma Telles, no artigo “Intuição do Instante” (1997), sobre o movimento pelo qual a escritora Maria Benedicta da Câmara Bormann, que ela tanto aprecia, adota o pseudônimo Délia. Segundo Norma, esse gesto marca seu nascimento como escritora, realiza um

[...] batismo privado, um segundo eu, um nascimento para a primazia da linguagem.[...]. O termo assinala uma ruptura com modelos sociais; com a divisão cultural do conhecimento que se difundiu na cultura através da linha divisória dos gêneros; assinala opções estéticas e marcos da formação social, ao mesmo tempo em que é uma indicação de opção política

pois, sabe-se que nas décadas que precederam a República, nomes romanos eram adotados para sinalizar uma opção política. (TELLES, 1997, p. 1).

A leitura feminista do gesto de Délia contribui para refletir sobre o movimento de Gabriela, que cartografa lucidamente os dois tempos de sua própria história: o de Otilia e o de Gabriela. Esta referenda a escolha do novo nome como momento de ruptura e fantasia, assumindo a personagem da prostituta em primeiro plano e abandonando o lar, “local sedentário que produz paixões reativas tais como ganância, paranóia, ciúme edipiano e outras formas de constipação simbólica” (BRADITOTTI, 2002, p.8).

É interessante observar como Gabriela inverte radicalmente a narrativa tradicional dos romances do século XIX e rompe com os cânones literários masculinos, de modo que, no final de sua vida, a prostituta se regenera, convertendo-se na boa esposa-mãe abnegada e assexuada, quando não morre, como no caso da personagem Naná, de Émile Zola. Ao contrário, em sua vida real, mas ao mesmo tempo ficcionalizada, é a moça intelectualizada, estudante de sociologia, que joga a normalidade para o alto e atravessa as margens, aderindo à vida boêmia e reinventando-se no submundo.

A mudança de nome assinala, ainda, o rito de passagem da jovem para a mulher madura e indica a afirmação da sexualidade em primeiro plano, como um grande desafio. É evidente que a ruptura com a mãe e a maternidade se aprofunda nesse momento. Como diz Gabriela: “Todo mundo me chama de Gabriela, menos a minha mãe”. Deixar de ser a moça educada entre as décadas de 1950 e 1960 para o casamento e a maternidade, negar a jovem dos sonhos maternos implica uma luta subjetiva dolorosa, que ela leva ao extremo, inclusive pleiteando hoje, na Justiça, a legitimação de seu nome. Gabriela escolhe a sua nova personagem e a história que quer viver e luta com garra para afirmar esse território desejante, mesmo que isso lhe custe a separação por um longo tempo de sua filha, criada pela avó.

Para Calmet, as narrativas da identidade plural que estuda na literatura apresentam-se como uma escolha contra o demônio de Nietzsche, que propõe a experiência de recomeçar e recomeçar sem cessar a mesma vida, minuto após minuto, “sem nada de novo, muito pelo contrário!” (NIETZSCHE apud CALMET, 2003, p. 413). Trata-se, então, de um ser que tem pela frente a possibilidade de negação do passado e que não hesita em apostar num futuro que lhe pertença. A meu ver, essas reflexões remetem à radicalidade de Gabriela, que afirma uma subjetividade múltipla associada à figura da “mulher pública”, como quando diz “eu, mulher da vida”, tanto no sentido tradicional de prostituta, quanto desdobrada no da figura

pública pioneira do movimento de luta pelos direitos das “trabalhadoras do sexo”, como passa a ser conhecida no Brasil, desde o final da década de 1980. Como prostituta-militante, Gabriela acopla uma nova função à prostituição, que é a luta pelos direitos civis dessas trabalhadoras; portanto, reinventa também esse universo, ao conjugar o sexual ao político.

Aqui, evidencia-se novamente a recusa da identidade única, em busca da multiplicidade subjetiva. Em programas de televisão, em entrevistas para a imprensa ou na internet, o nome de Gabriela rapidamente se difunde, chocando, confundindo opiniões e surpreendendo a todos pela conexão que estabelece entre sexo e política. Afinal, no imaginário social brasileiro, Gabriela é símbolo de sexualidade, transgressão e liberdade.

É como se a prostituta-militante buscasse provar que perder-se é a melhor forma de encontrar-se, pois é assim que a encontramos hoje, não mais em busca de si, mas como alguém que já se consolidou e se reconciliou diante de si mesma e do mundo. Aliás, marcando a sua própria multiplicidade e inaugurando a reconciliação interna, ela afirma nas primeiras páginas de seu livro: “Este livro é um presente amoroso de Gabriela para Otília. Um duelo de vida entre as duas. Uma ponte incoerente, um teimoso passaporte que atravessa as alfândegas do meu pensamento. Uma autobiografia não-autorizada de mins mesmas.” (LEITE, 1992, p. 11).

Considerando o contexto histórico em que atua Gabriela, é possível entender melhor o alcance e o radicalismo de suas escolhas. Deve-se evocar também sua dimensão feminista, já que a sua luta maior visa os direitos de mulheres pobres, prostitutas que até então viviam em condições de quase absoluto abandono social, o que era reforçado pelos desencontros com o movimento feminista. Aliás, lembre-se que, no registro das esquerdas, as prostitutas faziam parte do “lumpen-proletariado”, setor irrelevante para a revolução social. Enfim, a história da prostituição está repleta de casos de violência sexual, de estupro, de condenações, de perseguição física e moral, especialmente pela sociedade culta e pela polícia (RAGO, 1991). Além do mais, apenas no final dos anos 1980, passou-se a questionar o Código Penal brasileiro, de 1940, como “velho e machista” (GOMES, 2000, p. 99).

É considerando todos esses aspectos que Gabriela funda o Movimento Nacional das Trabalhadoras do Sexo, em 1987, no Rio de Janeiro e, depois de sair do ISER – Instituto de Estudos da Religião, inaugura a Ong DaVida, em 1992, ao lado da prostituta Dorothy e do jornalista Flávio Lenz, em defesa de melhores condições de trabalho e qualidade de vida para as prostitutas (STRACK, 1996). Segundo seu depoimento,

Já tinha um movimento, a gente já tinha feito o Encontro de 1987 e de 1989, a gente considera (a história do movimento) partir do primeiro Encontro. Mas o DaVida não existia, a gente estava dentro do ISER. O jornal Beijo da Rua foi criado em dezembro de 1988, no ISER. Lá tínhamos feito bastante. Chamei o secretário para um papo e disse: vou sair. Eles ofereceram coisas: casa separada, projetos, etc. Eu dizia não, não quero, não sou de demorar, demorei muito para tomar essa decisão. Ele disse que estava bem, que era meu direito pedir demissão. Eu pedi demissão. Isso levou um ano, advogado dos dois lados, discussão. Eu estava sentada na Taberna da Glória, estava ventando muito. Nesse dia em que eu decidi, vejo o Flávio descer a ladeira com um monte de pasta suspensa debaixo do braço e jogou tudo para o alto: "Livre!!!", ele disse. E eu saí correndo, pegando os papéis... E saímos... mas para criar o DaVida, a gente precisava levar tudo que a gente tinha, eu precisava da documentação, da história do "Beijo da Rua", a marca, projetos, os móveis, tudo. A Dorothy estava junto desde o começo, ela é sócia-fundadora do DaVida... (Entrevista de 25/2/ 2006).

Os preconceitos que enfrentou para defender os direitos das "trabalhadoras do sexo" foram sempre muito fortes, sobretudo pela ausência de apoio dos grupos de esquerda, sem políticas de intervenção nessa área. Numa relação difícil, inclusive com as feministas, liderar o movimento das prostitutas, reforçou, de um lado, as estigmatizações que pesavam sobre si, e de outro, abalou o regime de verdades dominante.

Em 15 de julho de 1992, a Ong DaVida é fundada no Rio de Janeiro:

Construíram a sede na quadra do bloco de carnaval desativada, no Estácio. Levamos tudo para lá, ninguém queria saber de nós, não tínhamos financiamento, foi muito difícil, as pessoas não gostavam de mim [...]. Quando eu sai do ISER tinha um cento e tantos funcionários, era muito grande. Era um ambiente muito doente, muitas reuniões, brigas... Era uma ONG fundada pelo pai do Flávio, pelo Rubem César Fernandes e outros, para trabalhar questões sociais envolvidas com a religião [...]. Eu sentei na Taberna da Glória, o ISER era na ladeira, aí desceu um pessoal de lá e sentou ali do lado. O Márcio Alexandre chegou lá e eu estava tomando cerveja sozinha, eu tinha saído recentemente, e ele falou: que sacanagem você fez saindo do ISER, você é desestruturadora! Eu saí porque eu fui maltratada, vocês não tinham diálogo. Eu tinha um estigma, foi um período muito difícil. (Entrevista realizada em 25/2/2006).

Na verdade, essa estória começara muito antes, desde que Gabriela decidira "batalhar" na Vila Mimosa da cidade do Rio de Janeiro, hoje desfeita, depois de circular pelas zonas de São Paulo e Belo Horizonte. Era o início da década de 1980, como ela narra, quando,

[...] a Benedita da Silva foi lá na zona com a presidenta da associação de moradores do bairro do Estácio, para o Primeiro Encontro de mulheres de favela e periferia, e foi convidar a gente. Nos juntamos e fomos, era o primeiro mandato dela, era um momento novo da política, o PT elegendo pessoas. Eram mulheres de vários morros e nós quatro estávamos caladas e perguntaram se a gente queria falar algo e eu me apresentei como prostituta pela primeira vez em

público. Tinha muita gente de rádio, de jornal, [...] e aí começou. Eu dei uma entrevista num programa de rádio para a Bete Lobo, que morreu num acidente de carro. Ela foi a primeira pessoa que me entrevistou no rádio, e eu dei uma entrevista para a Folha de São Paulo [...] e aí fui convidada para o “Noites Cariocas”, da Scarlet Moon e Nelson Motta, que era um programa cult de televisão aqui no Rio, no SBT regional. Me convidaram para falar em seminários... (Entrevista realizada em 25/2/2006).

Lembro que nosso primeiro encontro se deu alguns meses depois da publicação do meu livro *Os prazeres da noite*, no final de 1991, com um convite para uma festa de lançamento no Rio de Janeiro. Foi enorme a minha surpresa ao me deparar com um movimento organizado de prostitutas e, mais ainda, com aquela mulher, pequena e reflexiva, profundamente amada pelas mulheres pobres, negras e brancas, que também me abraçaram, agradecendo-me por tê-las incluído na história. O impacto aumentou, ainda mais, ao perceber a capacidade de argumentação de Gabriela, quando, naquele dia, tomou a palavra em defesa dos direitos daquelas mulheres, que em vez de serem condenadas pela comercialização sexual do próprio corpo, deveriam ser merecedoras de gratidão pelo prazer que proporcionam aos homens, como dizia a militante:

A prostituta está aí para liberar o desejo. Podia ser uma coisa mais bonita, poderia ser uma brincadeira, uma outra história. Não precisava ser essa coisa pesada, escura, estigmatizada, não precisava ser isso, carregado de culpa, essa coisa que eu já ouvi de “cesta básica”. (Entrevista realizada de 26/2/2006).

Gabriela não acredita que a prostituição seja uma violência – obviamente, desde que não implique em forçar alguém, ou envolver menores de idade –, mas um “espaço do desejo”, e sua inserção política tão forte nesse meio só é possível, a meu ver, porque atua no sentido de desestigmatizar essas mulheres e denunciar os preconceitos sociais. Em seu depoimento, ela afirma, fortalecendo-se com Guattari:

Eu não acho que a prostituição é uma violência, acho que isso é um estigma também, nós sempre existimos em várias épocas, em algumas melhores, outras piores, na história da prostituição, épocas de mais glamour, de menos glamour, como agora que não tem glamour nenhum. Mas é uma atividade, uma história muito séria, o Félix Guattari dizia que as pessoas deviam subvencionar as prostitutas, dar uma subvenção estatal para elas serem as grandes contadoras da história da sexualidade. Elas conhecem demais, mas acabam perdendo dentro dessa normatização da vida. (Entrevista realizada em 26/2/2006).

Em 2005, o constante desejo de autonomia leva Gabriela, sempre apoiada pelo jornalista Flávio Lenz, seu companheiro de longa data, a criar a DASPU, grife de moda responsável pela confecção de roupas e por transformar as prostitutas em modelos, nas passarelas de inúmeros locais imprevisíveis, como a Bienal de São Paulo de 2006, no Parque do Ibirapuera. Mais uma vez, está em jogo a negação

da identidade tradicional da prostituta, que agora se abre para a experiência de constituição de múltiplas subjetividades. Não apenas para Gabriela – recentemente chamada de estilista –, mas para todas as que a cercam.

Cartografar

Cartografar a própria subjetividade, dar conta dos movimentos de transformação de si, operados ao longo das últimas décadas, marca a produção escrita e oral das três mulheres aqui apresentadas. Afetadas na juventude pelo “maio de 68”, pela “contracultura”, pelo feminismo e pela “revolução sexual”, fizeram parte da resistência contra a ditadura militar, que se instalou no Brasil, entre 1964 e 1985, vivendo fortemente os impactos da modernização conservadora que modificou o país. Apesar das diferenças de idade, considero que participam de uma mesma geração de mulheres em luta pela transformação social e pela autonomia feminina, há pelo menos quatro décadas.

Essas mulheres aceitaram o desafio de reinventarem a si mesmas, recusando-se nietzschianamente a carregar a vida com o peso dos valores superiores. Num determinado momento, não por acaso na conturbada década de 1970, experimentaram radicalmente dolorosas rupturas psíquicas e sociais. Sem lugar, tiveram de abrir espaços próprios de atuação, para além dos partidos de esquerda e dos estreitos limites dos movimentos sindicais, dando passagem a novas formas de expressão da subjetividade. Inauguraram modos de pensar que desterritorializam sentidos cristalizados e evidenciam as relações de poder constitutivas das assimetrias de gênero. Vale aqui citar novamente a reflexão de Norma Telles, para quem “o elemento subversivo nas últimas décadas não tem sido a denúncia das injustiças sociais contra as mulheres, mas o rompimento do sistema de representação dominante” (TELLES, 2007, p. 15). Para reinventarem a si mesmas, foi preciso, portanto, desconstruir a linguagem, desmanchar mundos de significação para além das configurações binárias antropocêntricas, numa operação necessária para produzir e interpretar o próprio movimento de subjetivação e de luta por uma inscrição diferenciada no mundo.

A meu ver, essas mulheres mantiveram-se fiéis a si mesmas, recusando-se a traírem seus desejos, respeitando a sua própria vocação, como sugere Eliade, o que exigiu um alto custo. Na fala de Amelinha, um sentimento misto de tristeza e decepção logo vem à tona:

[...] fomos muito estigmatizadas em tudo o que nós fizemos, nós rompemos com muitos preconceitos, muitas não aguentaram, ficaram dentro de casa, aquelas feministas dos anos setenta, que estão dentro de casa e não aguentam ouvir mais nada, nenhuma crítica. Toda

essa discussão que está sendo feita é necessária, sem discussão você não consegue elaborar propostas, é preciso mudar as mentalidades.

Finalizo acrescentando que considero a emergência dessa geração de mulheres, da qual escolhi falar de apenas três neste texto, como um “acontecimento”, isto é, como um movimento de forças que irrompem e alteram o curso da história, como explica Foucault, quando pergunta:

“A que acontecimento ou a que lei obedecem essas mutações que fazem com que de súbito as coisas não sejam mais percebidas, descritas, caracterizadas, classificadas e sabidas do mesmo modo?” (FOUCAULT, 1981, p. 231). Ou, em outras palavras, quando define o acontecimento como ruptura, como “entrada em cena das forças [...], o salto pelo qual elas passam dos bastidores para o teatro” (FOUCAULT, 1979, p. 24).

Abstract: Forty years after the emergence of the third wave of the feminisms, women assert new modes of inscription in the world and re-invent herself. I focus on the subjective experiences of three well-known political activists, Maria Amélia de Almeida Teles, Norma Telles e Gabriela Leite Silva, who characterize a whole generation of female activists against military dictatorship in Brazil. I consider their written narratives and oral interviews as autobiographies, highlighting the subjective displacements lived in their ethical search for autonomy and social justice and the creation of new forms of libertarian life and thinking.

Keywords: carthography, subjectivity, feminisms.

Recebido para publicação em março de 2009.

Referências

- ALVAREZ, Sonia. *Engendering Democracy in Brazil*. Princeton University Press, 1990.
- AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer. O Poder Soberano e a Vida Nua I*. Trad de Henrique Burigo. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- BACHELARD, Gaston. *La Poétique de la Rêverie*. Paris: PUF, 1960.
- BRAIDOTTI, Rosi. “Diferença, diversidade e subjetividade nômade”, *Labrys, estudos feministas*, n.1-2, jul-dez. 2002

BRASIL MULHER, "Ex-prisioneiras revelam violência sexual", set. 79, ano 4, n. 16, p. 4-6.

CALMET, Sylvie. *Les Métamorphoses du Moi. Identités Plurielles dans le récit Littéraire, XIX-XX siècles*. Paris: L'Harmattan, 2007.

DEBÉRTOLIS, Karen Silvia. *Brasil Mulher: Joana Lopes e a imprensa alternativa feminista*, dissertação de mestrado, UFRGS, 2002.

DELUMEAU, J. *História do Medo no Ocidente, 1300-1800*. Uma cidade sitiada. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

ELIADE, Mircea. *Initiation, rites, sociétés secrètes*. Paris: Folio Essais/Gallimard, 1959.

FOUCAULT, M. "Le philosophe masqué". *Dits et Écrits*, vol. II, Paris: Gallimard, 2001, p. 923-929.

_____. "O sujeito e o poder". In: RABINOW, P.; DREYFUS, H. *Michel Foucault. Un parcours philosophique*. Paris: Gallimard, 1984.

_____. *As Palavras e as Coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. S. Paulo: Martins Fontes, 1966.

_____. *Microfísica do Poder*. Seleção e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

GIMÉNEZ-RICO, Isabel Durán. "Autobiografía femenina norteamericana: de una poética de la diferencia a poéticas de la diversidad". In: SALMERÓN, J.; ZAMORANO, A. (orgs.) *Cartografías del Yo. Escrituras autobiográficas en la literatura de mujeres en lengua inglesa*. Madrid: Editorial Complutense, 2006.

GOMES, Luiz Flávio. "Um Tratado sobre Crimes Sexuais". *Caderno Themis*, ano I, n. I, março 2000, p. 99. ISBN 85-205-0244-X.

HILLMAN, J. *O mito da análise*. Tradução de Norma Telles. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

JELIN, E.; KAUFMAN, S.G. (Org.). *Subjetividad y figuras de la memoria*. Buenos Aires: Siglo XXI /Editora Iberoamericana; New York: Social Science Research Council, 2006.

KNIBIEHLER, I.; FOUQUET, C. *La femme et les medecins*. Paris: Hachette, 1983.

LEITE, Gabriela Silva. *Eu, mulher da vida*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

LUXEMBURGO, Rosa. *Camarada e amante. Cartas de Rosa Luxemburgo a Leo Jogiches*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

PINTO, Célia Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite. Prostituição e Códigos da Sexualidade Feminina em São Paulo. 1890-1930*. (1. ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

RICOLDI, Arlene M. *A experiência das promotoras legais populares em São Paulo: Gênero e Cidadania*, dissertação de mestrado, USP, 2005.

- ROHDEN, Fabíola. *Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher*. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2001.
- SALMERÓN, J.; ZAMORANO, A. (Orgs.). *Cartografías del Yo. Escrituras autobiográficas en la literatura de mujeres en lengua inglesa*. Madrid: Editorial Complutense, 2006.
- SCOTT, Joan. *Gender and the Politics of History*. New York: Columbia University Press, 1988.
- SHOWALTER, Elaine. *Anarquia Sexual*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- SICUTERI, Roberto. *Lilith, a lua negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- SMITH, S.; WATSON, J. (Org.). *Women, Autobiography, Theory*. Wisconsin: University of Wisconsin Press, 1998.
- STRACK, Friederike. *Mulher da Vida. Frauen des lebens: brasiliens prostituierte im widerstand gegen stigmatisierung und repression*. Berlin: FDCL, 1996.
- TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve História do Feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- TELLES, Norma. *Belas e Feras*. São Paulo: NatEditorial, 2007.
- _____. *Inscrições*. São Paulo: NatEditorial, 2004.
- _____. *Intuição do Instante*. Mimeo, 1997.
- _____. *Cartografia Brasília ou: esta história está mal contada*. 1ª ed. S. Paulo: Ed. Loyola, 1984.
- _____. *Encantações Escritoras e Imaginação Literária no Século XIX*. Tese de Doutorado, PUC/SP, 1987.
- VIGARELLO, G. O Corpo do Pensamento. Violência Sexual: Nova Visibilidade para um antigo problema. Entrevista a Juremir Machado da Silva, *Cadernos Themis*, ano I, n.1, 3/2000, p.7-13.
- WOOLF, Virginia. *Um teto todo seu*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.